



Atuação administrativa do Ministério Público em caso de descumprimento de oferta no marketplace

Administrative action of the public prosecutor in case of non-fulfilment of an offer in the marketplace

Fabrcio Germano Alves¹, Felipe Lucas Medeiros de Oliveira²

RESUMO - O presente artigo trata da atuação do Ministério Público nas situações em que se caracteriza o descumprimento da oferta no ambiente do *e-commerce*, especificamente nas plataformas de *marketplace*. Em virtude de o crescimento desse modelo de negócio implicar no proporcional aumento da quantidade de relações jurídicas firmadas pela internet, urge sua pesquisa e discussão. O objetivo geral do texto é constatar os meios pelos quais o Ministério Público pode tutelar administrativamente os direitos dos consumidores que realizam suas transações no *marketplace*, em especial nos casos de descumprimento da oferta. Os mecanismos metodológicos se constituem de pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e objetivo descritivo a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. Chega-se à conclusão de que o Ministério Público possui legitimidade para efetuar a tutela dos interesses individuais, difusos e coletivos relativos ao consumidor, utilizando-se para tanto dos Termos de Ajustamento de Conduta, aos moldes previstos na Lei nº 7.347/1985.

Palavras-chave: comércio eletrônico, tutela administrativa, consumidor.

ABSTRACT - This text approach the actions carried out by the Public Prosecutor in cases where it is possible to identify noncompliance with the offers communicated in electronic commerce, specifically in marketplace platforms. Due to the rise of this business model, which implies on the increase of this type of legal consumption relationship, it turns out to a rising theme in societies and thus urges its analysis and discussion. The general objective is to verify the ways through which the Public Prosecutor may act, especially in order to restrain the non-fulfillment of offers. The methodological procedures consist of applied research, with a qualitative and objective descriptive approach from a bibliographic and documentary research. It is concluded that the Public Prosecutor is a legit guardian of consumers' collective and individual rights, using the Conduct Adjustment Commitment, as set in the Law nº 7.347/1985.

Keywords: e-commerce, administrative control, consumer.

¹ Especialista em Direito do Consumidor e Relações de Consumo (UNP). Especialista em Direito Eletrônico (Estácio). Especialista em Docência no Ensino Superior (FMU). Mestre em Direito (UFRN). Mestre e Doutor em *Sociedad Democrática, Estado y Derecho* pela *Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea* (UPV/EHU) – Espanha. Professor da Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: fabriciodireito@gmail.com;

² Discente do Curso de Graduação em Direito do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Aluno bolsista de iniciação científica do projeto intitulado “Proteção jurídica do consumidor no comércio eletrônico (marketplace)”. E-mail: felipemedeiros@gmail.com.